



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPEs – LATINDEX
Nº. 12 – Ano VI – 10/2017
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

ANÁLISE DO DISCURSO DO EXAME NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE CASO DO JORNAL 'FOLHA DE SÃO PAULO'

Prof^a. MSc. Rosa Virgínia Wanderley Diniz
Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA/UFPA
Doutoranda em Educação com ênfase em Ensino Superior
na Universidade de Sorocaba - UNISO
Docente das Faculdades Max Planck
<http://lattes.cnpq.br/6191300283843497>
E-mail: rosaecologica@hotmail.com

Resumo: Esse artigo apresenta parte da pesquisa doutoral, e considerou a polêmica acerca da legitimidade do Exame Nacional do Ensino Superior (ENADE) como processo que qualifica a educação superior brasileira como espaço discursivo, e realizou análise do discurso, de base francesa, das formações discursivas observadas no Jornal Folha de São Paulo a respeito de tais avaliações, representando um *corpus* de análise de 92 textos - verbais, publicados ao longo dos últimos 14 anos. A partir de tais análises o trabalho concluiu que embora introduzido desde uma pauta de inovação e evolução no processo de gestão desse nível de ensino e sejam apresentados discursos de certificação da qualidade ou gestão fiscalizatória do Estado, especialmente destacados pelo Poder Público, a avaliação, em estudo, perde, paulatinamente, legitimidade dadas suas falhas metodológicas e estruturais, além das recorrentes denúncias de fraudes, convalidando um contexto que sustentaria as diferenças educacionais e manteria a desigualdade socioeconômica, certificando contextos de ensino pouco qualificados, reafirmando o histórico atraso da educação brasileira em todos os níveis.

Palavras-chave: Educação superior. Avaliação da qualidade. Discursos da Mídia Impressa.

Introdução

Este trabalho surge de inquietação produzida pelo exercício da docência do ensino superior quando constatada a grande mudança no perfil dos discentes, a necessária adaptação dos docentes a essa realidade e a realização do Exame Nacional do Ensino Superior (ENADE) como um aval a tais discentes e docentes, e suas práticas.

Dado esse contexto, a avaliação em larga escala no ensino superior suscita questões quanto à sua legitimidade, não apenas como instrumento, mas, como processo que qualifica o ensino das instituições, especialmente as privadas, a partir das provas realizadas por seus alunos.

Nesse panorama, o objetivo da pesquisa foi analisar as formações discursivas observadas na mídia impressa; a respeito de tais exames, desde seu período inicial, em janeiro de 2004, até o período atual, abril de 2017, tendo sido utilizado como estudo de caso o Jornal Folha de São Paulo.

Eleger esse veículo para representar a mídia impressa se deu pelas seguintes razões: primeiro por ser um jornal de grande circulação, conhecido e acessível em todo país e segundo por haver facilidade e possibilidade de se acessar todas as edições em que a expressão ENADE constasse, possibilitando aumentar consideravelmente o *corpus* de pesquisa.

Os demais critérios para eleição do corpus, além dos já comentados, eram: ser texto - verbal e conter argumentação, referência ou opinião sobre o exame. Sendo, portanto, descartados textos publicitários, quadros e imagens, e textos que apenas citassem o termo. O que representou, dentro de um universo de 665 ocorrências, a análise de 92 textos.

Após tais análises, restou verificada polissemia discursiva a respeito do exame ENADE, sendo observado, que os discursos de 'fiscalização – classificação – ensino superior' e 'controle da qualidade do ensino superior ofertado' tem gerado distorções importantes do processo avaliativo, bem como, na interpretação dos resultados, subvertendo a quantidade de oferta em suposta qualidade do ensino.

Concluindo-se que a avaliação em larga escala do ensino superior brasileiro se apresenta discursos como certificação da qualidade do ensino superior, enquanto em outros é atestada como ferramenta de gestão fiscalizatória do Estado, gerando

um processo que sustentaria as diferenças educacionais e manteria a desigualdade socioeconômica, validando contextos de ensino pouco qualificados.

A pertinência da pesquisa se coloca a partir de reconhecer-se que o acesso facilitado ao ensino superior para as classes sociais e educacionais menos favorecidas surge dentro de um modelo que se ajusta às deficiências apresentadas pelos alunos, a partir de menor grau de exigência ou excesso de currículo técnico mercantilista, mascarando o atraso educacional, uma vez que a escola tem gerado estudantes que não atingem a formação de nível médio proposta pela Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96)¹.

O trabalho proposto distingue-se de outros já realizados que exploraram a temática do Exame Nacional do Ensino Superior vez que entre eles verifica-se aqueles que abordam a questão enquanto diagnóstico de formação profissional (RODRIGUES, 2008; NOVOSSATE, 2010), enquanto comparativo como o ENEM (BARTHOLOMEU, 2011), enquanto fornecedor de relatórios para tomada de decisões de gestores institucionais (MOREIRA, 2010; PAIVA, 2010; FREITAS, 2012; SERRA, 2012; CÔRREA, 2013), enquanto metodologia avaliativa ou didática (GONTIJO, 2014), enquanto análise de prática docente (MIRANDA, 2011).

Para tanto, pensou-se numa estruturação do artigo que fosse a mais didática possível em se considerando que o método aplicado e o tema da pesquisa são de áreas distintas, sendo seriam imprescindíveis esclarecimentos de ordem conceitual a respeito dos mesmos, para que dessem suporte e consistência às discussões após analisado o *corpus*.

¹ Art. 35º. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

ANÁLISE DO DISCURSO – teoria e método

Antes de se abordar a Análise do Discurso (AD) propriamente dita é necessário apresentar uma breve concepção de discurso viabilizando melhor compreensão. Foucault (2000, p. 61 – 62) caracteriza o discurso como

[...] um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos.

Ou seja, na expressão discursiva individual encontram-se ideias e palavras apreendidas de outros sujeitos discursivos, não sendo uníssonos os discursos, mas coletivos e relacionais, e, dada essa condição, a importância de se os observarem como campo de análise social.

Flores *et al* (2009) apresentando a diversidade de possibilidades do termo, dentro da linguística da enunciação, sugere a riqueza com que se pode explorar a análise discursiva. Assim, enquanto a base teórica ducrotiana² define discurso como “sequência de enunciados ligados entre si” (FLORES *et al*, 2009, p. 83) em Benveniste surge como “atualização da língua cada vez que alguém assume o lugar de eu” (FLORES *et al*, 2009, p. 84), para Bakhtin discurso seria “a língua em sua integridade concreta e viva” (FLORES *et al*, 2009, p. 84) e, já, para Greimas³, seria “processo semiótico realizado que se manifesta sob a forma de texto” (FLORES *et al*, 2009, p. 84).

Observa-se que cada um dos conceitos traz diferentes perspectivas de análise, não havendo identidade ou contradição entre as mesmas, demonstrando, pois, sua intensa polissemia constitutiva.

Poeticamente Orlandi (2009, p. 10), no prefácio de seu livro, assim define:

Movimento dos sentidos, errância dos sujeitos, lugares provisórios de conjunção e dispersão, de unidade e diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, de ancoragem e de vestígios: isto é discurso, isto é o ritual da palavra. Mesmo o das que não se dizem.

Embora haja completude na definição - uma vez que formada com base nos vários teóricos do discurso, como acima comentado - ela suscita, também, questões aparentemente incoerentes que são, na verdade, elementos que caracterizam a

² A expressão diz respeito a Oswald Ducrot, linguista francês.

³ Diz respeito a Algirdas Julius Greimas, linguista lituano.

fluidez, o trânsito histórico e variabilidade discursiva, sendo esses os pontos sob os quais recaem a análise discursiva.

Nessa, como destaca Marques (2011), teoria e metodologia são inseparáveis, pois, complementares, sendo os procedimentos teóricos subsídios para a análise de acordo com o enfoque dado.

O recorte teórico básico da AD considera um objeto-linguagem diferente da linguística tradicional, procurando tratar os processos de constituição dos fenômenos linguísticos e não apenas seu produto (ORLANDI, 1988).

Sendo, como comenta Guirado (1995, p. 24), “[...] a natureza do material com que trabalhamos, suas condições de produção e o seu entendimento enquanto fato de linguagem que define a orientação dada à análise do discurso que fazemos”.

Nesse ponto, vale o comentário de Marques (2011, p. 71), em “[...] AD não se fala em metodologia pronta, formada. Pelo contrário, a aventura maior em enveredar-se por esse percurso é que o discurso é atravessado pelas falhas, opacidades, contradições que lhe são constitutivas, ou, em outras palavras, por suas heterogeneidades”.

Assim, deve-se entender a interdiscursividade como constitutiva do discurso, alimentada pelos vários valores e visões de mundo dos sujeitos envolvidos na relação, donde geram suas interpretações, diálogos e conflitos decorrentes. Portanto, na AD a instabilidade lhe é inerente uma vez que considera seus co-enunciadores que agem sobre a língua⁴ a partir da intencionalidade, sendo está subjetiva, contextual e assujeitada às coerções – muitas delas inconscientes, estando, pois, tal análise ligada à pragmática.

Isto não significa, entretanto, que se possa dispensar o “[...] rigor de pensamento, o esclarecimento dos recortes em que se produz e sua justeza para a situação em análise” (GUIRADO, 1995, p. 24).

Em linhas gerais a AD apresenta duas escolas com posturas teóricas bastante diversas, sendo elas a anglo-saxã (também denominada americana) e a europeia (ou francesa). A linhagem americana opera o discurso como extensão da

⁴ A ideia de “co-enunciadores agirem sobre a língua” difere da ideia de que “o discurso aja sobre a realidade das coisas”, o que poderia suscitar confusão. Embora os co-enunciadores ajam sobre a língua a partir de sua intencionalidade, o que gera instabilidade e decorrente polêmica constitutiva; os discursos não, estes, segundo Maingueneau, não agem sob a realidade das coisas.

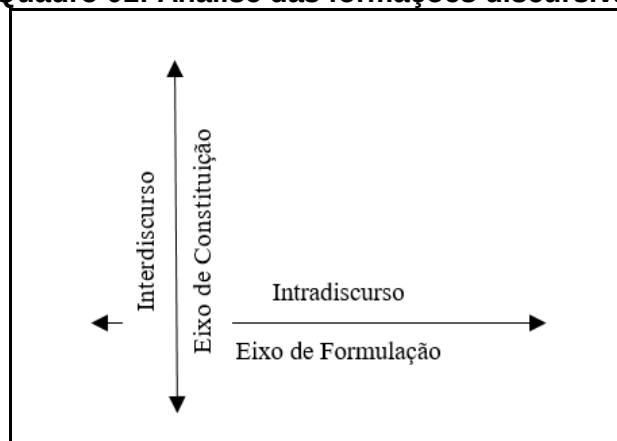
linguística, não investigando o sentido do texto em dado contexto atendo-se aos modos de organização dos elementos da frase/texto.

A concepção francesa toma elementos exteriores à linguística, de ordem social, possibilitando a submersão de conflitos e tensões implicadas no discurso (BRANDÃO, 2004). Além disto, Mazière (2007) comenta, AD francesa não define os termos numa classificação lexicográfica ou gramatical, mas os analisa a partir da interdiscursividade e como esta pode afetar o sentido de cada termo considerando-se o contexto linguístico e social, sendo esse o caminho metodológico eleito para o desenvolvimento do presente artigo, vez que mais convergente com os objetivos propostos.

Como asseverado, buscar compreender como se estabelecem as formações discursivas a partir da AD não é tarefa linear, cujo caminho conduz à uma univocidade, pois vários são os *corpora* de verificação possíveis dentro de um espaço-tempo, inexistindo neutralidade, mas uma latente interdiscursividade.

O quadro abaixo ilustra o *modus operandi* de compreensão das formações discursivas, por meio da AD pretendida:

Quadro 01: Análise das formações discursivas



Fonte: formulado a partir de Orlandi (2009) e Marques (2011)

De onde se pode depreender que a leitura realizada na extensão do texto não é o foco de análise discursiva, cujo objeto é profundidade, em que se observa quais os simbolismos imersos nos textos, seus aportes ideológicos e influências históricas, que constituem a interdiscursividade, com sua inerente heterogeneidade, dialogismos e turbulências.

Vale ressaltar, ainda, que a pretensa neutralidade do analista do discurso é descartada “[...] ele deve assumir uma posição quanto à língua, uma posição quanto ao sujeito. Ele deve igualmente construir um observatório para si” (MAZIÈRE, 2007, p. 23).

Ao analista do discurso cabe, como dito por Orlandi (2009, p.61), “[...] uma posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos e condições”, e para tanto “[...] ele não reflete situa, compreende, o movimento da interpretação inscrito no objeto simbólico, que é seu alvo. Ele pode então contemplar (teorizar) e expor (descrever) os efeitos da interpretação”.

Para buscar os elementos históricos, ideológicos e simbólicos implicados nos textos submetidos a análise optou-se por seguir o percurso situar/compreender/teorizar/descrever, conforme sugerido por Orlandi (2009).

Portanto, o percurso de análise realizado permitiu desconstruir o dito, e os não-dizeres, buscando as formações discursivas e, a partir dessas descreve-se os sentidos nele submersos.

Avaliação em Larga Escala

Segundo o documento básico do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) (INEP, 2007, p. 19) o panorama de globalização econômica gerou também a globalização educacional e internacionalização do conhecimento que demandaram da educação superior a necessidade de conciliar as exigências de qualidade e inovação com a ampliação do acesso e diminuição das assimetrias sociais advindo, para tanto, os processos avaliativos e regulatórios.

Assim, avaliação governamental do ensino superior surge, dentro de um cabedal de outras avaliações em larga escala, em que o poder público passa a desempenhar o papel de “Estado Avaliador”, sendo esse descrito por Dias Sobrinho (2002) como aquele que deixa de ser provedor de benefícios e serviços que a sociedade utiliza para superar seus problemas e exerce severo controle fiscalização.

Nesse contexto, Lima (1997, p. 55) atesta que a avaliação se torna, como selo governamental, “[...]de certificado de qualidade, procurando-se desta forma repor a confiança social no sistema, entretanto perdida ou abalada e cobrindo déficits de legitimidade. [...]”, caracterizando o Estado contabilista destacado por Dias Sobrinho (2002).

Contextualmente a avaliação em larga escala aplicada ao Ensino Superior brasileiro pode ser dividida em dois períodos, sendo o primeiro compreendido entre 1996 a 2003, período em que eram aplicados os exames denominados de Exame Nacional de Curso (ENC), popularmente conhecidos por PROVÃO, extinto pela Medida Provisória 147 de dezembro de 2003.

E o segundo período iniciado com a criação do SINAES, a partir de 2004, com a reestruturação do exame, que passa a ser denominado Exame Nacional do Ensino Superior (ENADE), que permanece em aplicação desde então, embora sua proposta não tenha sido plenamente consolidada.

Vale destacar que cada um dos períodos foi gerenciado por governos federais com pautas ideológicas distintas, sendo o primeiro com tendência neoliberal e o segundo desde uma perspectiva de bem-estar social, embora em ambos os casos as tendências não fossem absolutas.

É objeto do presente artigo análise das formações discursivas atinentes ao exame proposto no segundo período, qual seja o ENADE, definido por Rodrigues e Peixoto (2009, p. 52) nos seguintes termos:

[...] caracteriza-se como uma classificação do curso por meio de comparação das notas médias dos alunos com as dos outros cursos da mesma área. A nota final do curso é calculada como a média ponderada das notas, dando-se maior peso de 60% para a nota de conhecimento específico dos concluintes do curso. Lembrando que, a nota obtida no ENADE não se caracteriza como a avaliação do curso, uma vez que está integrará os demais instrumentos avaliativos que definirão a nota do curso.

A Lei 10.861/04 (BRASIL, 2004), que dispõe acerca da criação do SINAES e trata da avaliação dos cursos de graduação, define como objetivo “identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica” (art. 4º), sendo o ENADE o instrumento de avaliação, obrigatória, do desempenho dos estudantes (art. 5º).

Assim, atualmente, o Exame Nacional do Ensino Superior é avaliação governamental em larga escala, aplicada pelo governo federal com a finalidade de aferir a qualidade e classificar as instituições de ensino superior a partir do desempenho de seus estudantes concluintes inscritos para submissão ao exame, sendo parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) que, segundo Verhine (2015, p. 604)

[...] tem como finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, acadêmica e social, e, ainda, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades das instituições de educação superior.

Tal modelo converge com um fenômeno de dimensão internacional onde a avaliação da qualidade do ensino superior ganha destaque (RODRÍGUEZ ESPINAR, 2013, p.11), embora permaneça com caráter certificatório.

E de se considerar, que a política de avaliação pelo ENADE proposta pelo Inep/MEC acaba por interferir enormemente tanto nos objetivos e currículos dos cursos periodicamente avaliados além dos objetivos institucionais de cada IES.

O ENADE como espaço discursivo

Campo discursivo, é um termo cunhado por Maingueneau na obra *Gênese dos Discursos* (2005), que diz respeito às relações que se estabelecem entre as formações discursivas em embate, por meio dos interdiscursos que se estabelecem, dentro do universo discursivo.

Charaudeau e Maingueneau (2008) esclarecem que no universo discursivo o analista do discurso delimita campos discursivos, ou seja, conjuntos de formações discursivas em relação de concorrência e reciprocamente delimitadas, em que estão presentes há posicionamentos dominantes e dominados, posicionamentos centrais e periféricos.

Valendo-se destacar que

Na maior parte dos casos, não se estuda a totalidade do campo discursivo, mas se extrai um subconjunto, um espaço discursivo, constituído ao menos de dois posicionamentos discursivos, cuja correlação é considerada importante pelo analista da pesquisa. (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008, p. 92)

Assim, tem-se o ENADE como espaço discursivo, dada sua característica de potencial conflito constitutivo considerando que de sua concepção de avaliação em larga escala são geradas diversas perspectivas (formações discursivas) dos atores sociais envolvidos.

Pois, ainda que, conceitualmente, possa se considerar um único instrumento avaliativo gera diferentes discursos, mesmo onde não se faça parecer, surgindo o mecanismo polêmico, não estranho ao discurso, mas parte constituinte dele.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como comentado, foram analisados textos verbais, que contivessem a expressão ENADE, não apenas citada, mas acompanhada de argumentação, referência ou opinião, ainda que breves, acerca do exame em estudo, dentro do período de janeiro de 2004 a abril de 2017, estando esses publicados no jornal Folha de São Paulo, e acessíveis por meio da plataforma digital Acervo Folha, constituindo um *corpus* de análise de 92 textos, de um universo de 665 ocorrências.

Como orientado por Charaudeau e Maingueneau (2008), e considerando o ENADE como espaço discursivo, tomou-se como correlação de análise os seguintes posicionamentos: ENADE/ QUALIDADE/ LEGITIMADO, ENADE/ FISCALIZADOR/ RANKING, ENADE/INEFICIENTE/ CONTESTADO.

Sendo, os resultados, apresentados por ciclos⁵, como abaixo exposto:

1º CICLO – 2004/2006

O exame ENADE surge em 2004 sendo enunciado como destaque do novo sistema, inovação do governo Lula, evolução ao Provão, uma vez que essa representava a avaliação estruturada para o ensino superior durante o governo anterior.

Essa comparação se constitui desde os primórdios do novo exame, até aproximadamente 2010, mantendo-se a referência e interlocução entre as provas, sendo o ENADE apresentado como inovação, especialmente destacada pelo MEC/Inep, mas amplamente contestado pela academia, fundamentando a resistência ao exame por parte da USP, e demais defensores de que a manutenção do antigo exame, com ajustes necessários, seria suficiente.

Com o adiamento da segunda prova e atraso na entrega dos resultados de 2004, surge como questão crucial o grau de eficiência e confiabilidade do exame, condição reforçada em 2009, quando grande parte das questões formuladas para o exame é anulada.

Observa-se a partir dos primeiros resultados, e contrariando a proposta inicial, a formulação de ranqueamento, estrutura já existente quando do Provão, numa

⁵ Definindo-se ciclo conforme Lei 10. 861/2004 c/c Portaria MEC 40/2007, cuja sequência se organiza: área de saúde/área de exatas – licenciaturas/área de humanas, e seus correlativos tecnológicos.

lógica de pedagogia por objetivos, assim desestabilizando a argumentação quanto a sua capacidade de inovação e evolução.

Por outro lado, contradita-se a classificação como falha, considerando que essa expressaria a realidade, legitimando-se o exame como ferramenta de gestão do ensino superior, sendo parte do sistema de avaliação e, não, única perspectiva.

Além disso, numa tentativa de legitimação social surge o argumento do padrão internacional do modelo ENADE, num claro interdiscurso com os padrões de certificação utilizados no setor produtivo global, como selo garantidor da qualidade das instituições.

Apesar de haver contestação quanto à capacidade de o exame aferir ou não tal qualidade em razão de problemas metodológicos, ao fim desse ciclo, observa-se o uso dos resultados ENADE como estratégia de marketing, consolidando o ranqueamento.

2º CICLO – 2007/2009

Nesse período consolida-se a polêmica quanto a suficiência do exame em garantir, e, quiçá, aferir a qualidade do ensino superior. Sendo constantes os apontamentos de falhas e gerenciamentos do exame por parte das instituições a partir de estratégias que melhorem os seus padrões de amostragem para a realização da prova.

Iniciam-se os processos de intervenção e suspensão de instituições mal avaliadas, e o anúncio de corte de vagas nos cursos da área de saúde, tornando a discussão sob a legitimidade ou não do exame ainda mais densa.

A contra argumentação a favor da eficiência da prova ganha destaque em 2008, sendo apresentado como “parâmetro de excelência” e “instrumento de gestão da qualidade” do ensino superior.

A oposição ao exame permanece, sob argumento de falha metodológica, o que, a partir de carta de sugestões da USP, faz modificar o padrão de participação dos concluintes, passando a ser universal – o que remonta ao exame anterior – ainda assim, não há inserção da USP no processo, sendo essa criticada por alguns.

Ainda nesse ciclo, silenciam-se as críticas à rejeição pela USP, ganhando destaque a falta de credibilidade, ineficiência e a pauta pelo exame anterior, dado o percentual de erros de elaboração (7% das questões das provas aplicadas em

2009). Desaparece o argumento quanto à inovação da prova e ressalta-se a ideia de que o mesmo é parte de um processo triangular de avaliação.

3º CICLO – 2010/2012

Dadas as condições de falha detectada na prova de 2009 o Inep/MEC reestrutura sua formulação com a participação de ‘professores-elaboradores’, ainda há inferência ao Provão, mas essa vai perdendo força.

As pautas de sanção e abstenção da USP são mantidas e a desqualificação ao exame se torna contundente quando da denúncia de fraudes ao sistema de inscrição por uma grande instituição privada, sendo a percepção de que os resultados do exame podem ser distorcidos associados tanto a ineficiência do exame, quanto a sua potencial fraude e a necessidade de rigor nas sanções.

Ainda nesse período há destaque à importância do ranqueamento e da classificação como condição de gestão do ensino superior, sendo atos preparatórios para a divulgação do lançamento do Ranking Universitário da Folha (RUF).

Observando-se que, a partir desse, os argumentos contrários ganham reforço, pois a ele são remetidas as comparações e apontado, o ENADE, como superado e pouco transparente.

Além disso, há o reforço da invalidade do exame pela abstenção da USP, e uma asseveração quanto a sua invalidade, dadas as condições apresentadas.

4º CICLO – 2013/2015

Esse ciclo se inicia com grande enfraquecimento do exame apresentando de início sua incapacidade de medir qualidade como argumento, e se consolidando, de forma consistente, como formação discursiva dominante suas limitações e falhas.

Diminuem consideravelmente as publicações que abordem ou argumentem acerca da prova, pois, conforme observado, a *status* de balizador do ensino superior passa a ser concedido ao RUF, que entre suas melhorias considera a nota ENADE das instituições, com percentual de impacto de 2%.

Há uma única menção quanto à certificação de qualidade num texto breve de orientação a vestibulandos.

5º CICLO – 2016/2018

Embora ainda não se tenha encerrado, é possível fazer algumas considerações acerca desse ciclo, uma vez que novas denúncias de fraude ao exame foram apontadas.

Volta à pauta o argumento fraude/ineficiência principalmente encabeçado pela academia e retomado por algumas instituições e a legitimação do exame pelo MEC sob justificativa de que o rigor nas sanções será uma oportunidade de melhoria do processo.

O que se pode observar, ainda, em 2017 é a menção a respeito do exame considerando-o pouco confiável por sua imprecisão e falhas metodológicas e procedimentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise discursiva proposta com o objetivo de observar as formações discursivas acerca do ENADE, dentro do Jornal Folha de São Paulo, entre 2004 e 2017, tomou como posicionamentos de análise as potenciais formações discursivas: ENADE/ QUALIDADE/ LEGITIMADO, ENADE/ FISCALIZADOR/ RANKING, ENADE/INEFICIENTE/ CONTESTADO.

Restou observado que, em que pese a indiscutível polissemia constitutiva esteja presente, donde se apresentam múltiplos argumentos – favoráveis e contrários – há claras tendências institucionais.

Assim, enquanto o poder público, representado pelo MEC/Inep destaca o lançamento do exame com argumento de inovação e qualidade, com o tempo passa a tentar a sustentar a legitimidade da avaliação com uma série de articulações de cunho fiscalizatório, sem que haja validação dos argumentos anteriores, ou seja, cada vez mais o exame passa a ser uma exigência burocrática e cada vez menos um selo garantidor de qualidade mínima, contexto esse ainda mais reforçado pelo advento das fraudes.

Por outro lado, instituições de ensino superior, públicas e privadas, e alguns pesquisadores que se manifestaram no periódico, fortalecem a formação discursiva

quanto a ineficiência do exame e do sistema, considerando o advento das fraudes como consequência das falhas já por eles apontadas.

Ademais, o surgimento do padrão de classificação do próprio jornal surte o efeito de restringir a pauta do ENADE de seu veículo, tornado ainda mais frágil a consideração a seus resultados

Conclui-se que a avaliação em larga escala do ensino superior brasileiro se apresenta como um processo certificativo de apaziguamento social, que convalidaria a qualidade do ensino superior de massa, ou como ferramenta de gestão fiscalizatória do Estado, que, em ambos os casos, sustentaria as diferenças educacionais e manteria a desigualdade socioeconômica, validando contextos de ensino pouco qualificados, confirmando-se, pois, a argumentação quanto à sua ineficiência.

REFERÊNCIAS

BARTHOLOMEU, D. **O uso do ENEM e ENADE em um delineamento longitudinal para avaliação da qualidade dos cursos do ensino superior**. 2011. 140 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade São Francisco, Itatiba, 2011. Disponível em: <www.usf.edu.br/galeria/getImage/427/604303144098270.pdf>. Acesso em: 26/07/15.

BRANDÃO, Helena H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. 2ª ed. rev. Campinas/SP: UNICAMP, 2004. 124 p.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 9.394/96**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 12/08/15.

_____. Ministério da Educação. **Portaria 40/2007**: Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Brasília: INEP/MEC, 2007.

_____. Presidência da República. **Lei 10. 861/2004**: Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Tradução: Fabiana Komesu. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CÔRREA, D. M. M. C. **Indicadores de gestão do TCU e o desempenho dos cursos no ENADE**: um estudo de cursos de graduação. 2013. 252 f. - Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/5943>> Acesso em: 26/07/15.

DIAS SOBRINHO, J. Campos e caminhos da avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil. In: FREITAS, Luiz Carlos de. (Org.). **Avaliação**: construindo o campo e a crítica. Florianópolis: Insular, 2002. p. 13-62.

FLORES, Valdir do N. *et al.* **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz F. B. Neves. 6ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. 239 p.

FREITAS, S. C. de. **An exploratory study on ENADE evaluation report utilization and its impact on undergraduate accounting program performance in Brazil**. 2012, 176 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-15012013-134543/pt-br.php>>. Acesso em: 26/07/15.

GONTIJO, S. B. F. **Implicações do ENADE para a organização do trabalho pedagógico e as práticas avaliativas em um curso de Pedagogia**. 2014. 302 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16027/1/2014_SimoneBrazFerreiraGontijo.pdf>. Acesso em: 02/08/15.

GUIRADO, Marlene. **Psicanálise e Análise do discurso**: matrizes institucionais do sujeito psíquico. São Paulo: Summus Editorial, 1995. 141p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: da concepção à regulamentação. 4ª. ed. Brasília: INEP, 2007. 224 p.

LIMA, L. C. O paradigma da educação contábil: políticas educativas e perspectivas gerencialistas no ensino superior em Portugal. **Revista Brasileira de Educação**. 43 – 59. n.º 4. Jan/Fev/Mar/Abr, 1997. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11788/1/Artigo%20RBE.pdf>. Acesso em: 03/05/15.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírío Possenti. Curitiba: Criar, 2005. 189 p.

MARQUES, Welisson. Metodologia de pesquisa em Análise do Discurso face aos novos suportes midiáticos. **Revista Eletrônica de Linguística**. Volume 5, - nº 1 – 1º Semestre 2011. p. 59 – 73. Acesso em: 17/05/16. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/12277>

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso: história e práticas**. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2007. 128 p.

MIRANDA, G. J. **Relações entre as qualificações do professor e o desempenho discente nos cursos de graduação em contabilidade no Brasil**. 2011. 203 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) - Programa de Pós Graduação em Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-16032012-190355/pt-br.php>>. Acesso em: 26/07/15.

MOREIRA, A. M^a. de A. **Fatores institucionais e desempenho acadêmico no ENADE: um estudo sobre os cursos de Biologia, Engenharia Civil, História e Pedagogia**. 2010. 251 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/8663>> Acesso em: 02/08/15.

NOVOSSATE, S. **O ENADE e os documentos curriculares: um estudo sobre a formação de professores de biologia**. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.ppgge.ufpr.br/teses/M10_Suzele%20Novossate.pdf>. Acesso em 28/07/15.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1988. 117p.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009. 100p.

PAIVA, G. S. (2010). **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE: recortes da educação superior presencial e a distância**. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós Graduação em Educação) Universidade Católica de Brasília. Disponível em: <http://www.bdt.d.ucb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1289>. Acesso em: 05/08/15.

RODRIGUES, V. A. **ENADE – contribuições, avanços e limites do processo de avaliação na formação dos estudantes de graduação**. 2008. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC>><http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC>

5BPAM/disserta__o_viviane.pdf?sequence=1[85BPAM/disserta o viviane.pdf?sequence=1](#)> Acesso em: 10/08/15.

_____. PEIXOTO, M^a. do C. de Lacerda. Desvendando a caixa preta do ENADE: considerações sobre o processo de avaliação. **Revista Trabalho & Educação** – vol.18, nº 1 – Jan/ Abril 2009. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/427/478>>. Acesso em: 21/10/14.

RODRÍGUEZ ESPINAR, S. **Panorama internacional de la evaluación de la calidad en la educación superior**. Editorial Síntesis: Madrid, 2013.270 p.

SERRA, A. R. C. **Configuração da gestão da educação a distância**: entendendo os resultados do ENADE para o curso piloto da Universidade Aberta do Brasil. 2012. 288 f. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9919/Tese_AntonioRobertoCoelhoSerra.pdf?sequence=1> Acesso em: 12/08/15.

VERHINE. Robert E. Avaliação e regulação da educação superior: uma análise a partir dos primeiros 10 anos do SINAES. p. 603-619. **Revista Avaliação**, Campinas/ Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, nov. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v20n3/1414-4077-aval-20-03-00603.pdf>. Acesso em: 24/11/16.

Anexo - Textos analisados discursivamente JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO

AGÊNCIA FOLHA. **Faculdades questionam os resultados da avaliação**. Sucursal Rio/Santos. Caderno Cotidiano. Quinta – feira, 27/09/07. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2007/09/27/15/>. Acessado em 15/03/17.

AGUIAR NETO, Benedito G. Para valorizar o ENADE. **Jornal Folha de São Paulo**. Tendências e Debates. Terça – feira, 08/10/2013. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/10/08/2/>. Acesso em: 21/04/2017.

BASSETTE, Fernanda. TATSCH, Constança. CONSTANTINO, Luciana. Instituições criticam a divulgação de notas. **Jornal Folha de São Paulo**. Caderno Cotidiano, Quarta-feira, 04/05/05. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2005/05/04/15/>. Acesso em: 12/03/17.

BOCK, Sílvio. Avaliações do MEC podem orientar busca por escola. **Jornal Folha de São Paulo**. Caderno Vestibular no meio do ano. Domingo, 17/05/2015. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2015/05/17/185/>. Acesso em: 21/04/2017.

BUCCI, M^a Paula D. MOTA, Ronaldo. O novo marco regulatório da educação superior. **Jornal Folha de São Paulo**. Tendências e Debates. Segunda-feira, 24/03/2007. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2008/03/24/2/>. Acesso em: 13/04/2017

CONSTANTINO, Luciana. BAHIA, Guilherme. Novo Provão reprova 10,6% dos cursos. **Jornal Folha de São Paulo**. Caderno Cotidiano, Quarta-feira, 04/05/05. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2005/05/04/15/>. Acesso em: 10/03/17.

TAKAHASHI, Fábio. MARCHIORI, Raphael. Curso ruim atrai vestibulando pelo bolso. **Jornal Folha de São Paulo**. Caderno Cotidiano. Domingo, 17/10/2010. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2010/10/17/15/>. Acesso em: 16/04/2017.

TAKAHASHI, Fábio. MONTEIRO, André. MACHADO, Renato. 226 são reprovadas pelo 4º ano. **Jornal Folha de São Paulo**. Caderno Cotidiano. Sexta-feira, 18/11/2011. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2011/11/18/15/>. Acesso em: 17/04/17.

TAKAHASHI, Fábio. USP rediscute sua participação no ENADE. **Jornal Folha de São Paulo**. Caderno Cotidiano. Terça –feira, 22/11/2011. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2011/11/22/15/>. Acesso em 17/04/17.

TAKAHASHI, Fábio. Escola que promete quitar dívida de aluno é investigada. **Jornal Folha de São Paulo**. Caderno Cotidiano. Domingo, 04/03/2012. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2012/03/04/15/>. Acesso em 18/04/2017.

TAKAHASHI, Fábio. Ranking deve ser aprimorado, diz especialista. **Folha de São Paulo**. Caderno Cotidiano. Segunda – feira, 05/09/2012. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2012/09/05/15/>. Acesso em: 18/04/2017.

TAKAHASHI, Fábio. USP adere a avaliação federal. **Jornal Folha de São Paulo**. Caderno Cotidiano. Quarta –feira, 07/08/2013. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/08/07/15/>. Acesso em 21/04/2017.

TAKAHASHI, Fábio. RIGHETTI, Sabine. Novo reitor assume universidade com orçamento no limite. **Jornal Folha de São Paulo**. Caderno Cotidiano. Domingo, 21/01/2014. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2014/01/19/15/>. Acesso em: 21/04/2017.

TATSCH, Constança. Alunos não sabem o significado da nota. **Jornal Folha de São Paulo**. Caderno Cotidiano, Quarta-feira, 04/05/05. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2005/05/04/15/>. Acesso em: 10/03/17.

WURZMANN, Eduardo. Acesso a um ensino superior de qualidade. **Jornal Folha de São Paulo**. Tendências e Debates. Segunda-feira, 31/08/2009. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2009/08/31/2/>. Acesso em 14/04/2017.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 10/2017

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424

Periódico Científico Eletrônico divulgado nos programas brasileiros *Stricto Sensu*

(Mestrados e Doutorados) e em universidades de 38 países,

em diversas áreas do conhecimento.